

# Monitoramento do FMI

## ~~é ponto controverso~~ *Dívida Externa* é ponto controverso

Valter Melo

O Brasil vai engrossar a voz com o FMI e com os banqueiros? Esta foi a pergunta mais formulada durante a semana, principalmente depois que o presidente José Sarney, na sua entrevista coletiva de terça-feira, dia 18, disse que não revelaria a sua estratégia de negociação com os bancos. Declarou o presidente que "não faremos uma negociação que não leve à convulsão social".

Segundo se apurou depois, a maior controvérsia entre o Brasil, o FMI e os credores internacionais de uma dívida de US\$ 102 bilhões se centralizará, em especial, no sistema de monitoramento, pelo qual o Fundo acompanharia de forma sistemática a economia brasileira, produzindo relatórios trimestrais e fornecendo-os aos bancos. É normal, contudo, que o Fundo faça levantamentos da economia do País uma vez por ano, mesmo em tempo de paz, porque o Brasil é um dos membros daquela instituição.

O governo brasileiro busca um acordo para reescalonar o pagamento do principal da dívida entre 1985 e 1991, no valor de US\$ 45,3 bilhões. Durante esse período, é interesse dos bancos que o FMI exerça o papel de cavalo de batalha, realizando a auditoria da economia brasileira, mesmo que o País não assine mais cartas de intenções ou não se credencie à obtenção de novos financiamentos junto ao diretor-gerente Jacques de Larosière.

Esse monitoramento permitirá aos bancos gozar de uma garantia de que o Brasil estará ou não cumprindo à risca as cláusulas do futuro acordo, podendo eles denunciá-lo unilateralmente, caso interpretem que seus interesses estejam sendo feridos. Já o governo Sarney estaria interessado em que se deva excluir do acordo com os bancos e o FMI qualquer cláusula que implique nesta fiscalização rigorosa.

Dentro deste esquema, mesmo que o Brasil não assine novas cartas de intenções, o FMI continuaria desembarcando no Brasil com seus auditores para vasculhar as contas do governo,

fixando <sup>23 JUN 1985</sup> normas para o gerenciamento da política econômica e tetos para o cumprimento de metas de redução do déficit público. O governo brasileiro poderá alegar que o monitoramento sistemático não está previsto no estatuto do FMI.

No debate com os bancos, que talvez deva ser iniciado em agosto, outro tema controverso estará à mesa. Trata-se do acordo parcial que o ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, negociou com o Comitê Assessor dos bancos, pelo qual o Brasil pagaria *spread* (taxa de risco) de 1,125% sobre as amortizações, enquanto sobre o estoque da dívida incidiriam as porcentagens cobradas nos contratos originais. Pode ser que Sarney se negue a obedecer esses termos do quase-acordo passado, pois na entrevista coletiva de terça-feira disse que o Brasil não é um risco econômico, mas pode transformar-se num risco político.

Mas o problema mais próximo relaciona-se com o FMI. As duas semanas em que a missão permaneceu no País, indo embora no último dia 14, não foram suficientes para se chegar a um acordo sobre o déficit do setor público para 1985. Nem mesmo chegaram a ser discutidas as metas para 1986, para serem arroladas no acordo *stand by*, a vigorar por um período de 18 meses.

A política de controle de preços está sob questionamento do FMI, pois ela contradiz à doutrina daquela instituição. Nos próximos dias, o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Marcos Vital, viaja a Washington para expor ao Fundo as razões que levaram o governo a decidir-se pela manutenção do controle de preços e à decisão de não repor integralmente as perdas sofridas pelas estatais durante o "congelamento" em vigor entre 18 de março e dia 20 último.

### Superávit

O Brasil conseguiu um superávit de US\$ 12,9 bilhões no seu comércio com os demais países em 1984 e espera obter no mínimo

US\$ 11 bilhões em 1985, mas esse aparente sucesso não implica que um grande número de empresas exportadoras esteja trabalhando no ramo. Das 18.500 empresas registradas na Cacex, apenas 200 delas são responsáveis por aproximadamente 75% do volume exportado do País.

Além disso, 53,2% do volume das exportações estão concentrados em torno de 20 produtos — café, soja, cacau, aço, calçados, autopeças, automóveis, armamento bélico etc. Para piorar o quadro, as exportações tomam rumo de um mercado pouco diversificado dos EUA, Europa e Ásia, enquanto é fraco o comércio com a África, América Latina e países socialistas.

Exportar significa, para as empresas, entre outros benefícios, aumento dos lucros, redução dos custos de produção, maior eficiência econômica, maior competitividade interna e externa. Contudo, ainda é reduzido o número de companhias que gozam desse benefício, apesar das vantagens aparentes serem bastante difundidas pelo próprio governo.

Hoje, estima-se que existam cerca de dois milhões de estabelecimentos industriais/comerciais no Brasil, dos quais apenas 18.500 são registradas como exportadoras na Cacex. Segundo dados da Cacex, desse total 67,4% são micros, 18,2% são médias empresas e 3,3% são grandes companhias.

Em 1984, o Brasil já ocupava o 12º lugar entre os países presentes no mercado internacional, enquanto as exportações já representavam 12% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 1982, a participação brasileira no mercado internacional era de 1,19%, passando para 1,32% em 1983.

Aumentou consideravelmente a participação dos produtos industrializados na pauta de exportações brasileiras em 37% entre 1982 e 1984, enquanto os produtos primários cresceram apenas 3,3%. Exportar manufaturados significa agregar mais valores ao produto, em termos de renda, emprego e impostos.